



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 6ª reunião, realizada em 29 de junho de 2017

1 Em 29 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente João Paulo Mello
5 Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD. Representantes do poder
6 público: Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues, da Secretaria de Estado de
7 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Geraldo Vitor de Abreu, da
8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Diego Pessoa
9 Santos, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Fernando
10 Antônio de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas
11 Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
12 Enio Resende de Souza, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
13 do Estado de Minas Gerais (Emater); Polyana Faria Pereira, do Instituto
14 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
15 Representantes da sociedade civil: Igor Lopes Braga, da Associação Mineira de
16 Silvicultura (AMS); Carlos Alberto Santos Oliveira, Guilherme da Silva Oliveira e
17 Mariana Pereira Ramos, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
18 Minas Gerais (Faemg); Leonardo Fittipaldi Torga, da Associação dos Agentes
19 Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social
20 (Neoambiente); Lucas Amaral Melo, da Universidade Federal de Lavras (Ufla);
21 Otávio Gabriel Diniz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de
22 Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
23 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
24 **ABERTURA.** O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou
25 aberta a 6ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. Homenagem
26 póstuma a Eduardo Antônio Arantes do Nascimento. Presidente João Paulo
27 Mello Rodrigues Sarmiento: “Hoje nós sentimos aqui a falta de um grande amigo,
28 colega, companheiro e batalhador. Nós tivemos, como todos sabem, o
29 falecimento do Eduardo Nascimento. Era uma pessoa que, com sua integridade
30 e suas posições claras e firmes, aqui dentro da Câmara sempre trouxe muitos
31 ganhos para nós. Ele trazia uma discussão muito aberta defendendo suas
32 posições de uma forma muito objetiva e trazendo para nós realmente a
33 realidade da agricultura familiar, dos produtores, dos trabalhadores rurais. Ele
34 ficava sempre ali sentado à esquerda, a gente conversava muito. Então,
35 realmente, para todos nós – como pessoa e como conselheiro – é uma perda
36 muito significativa. Sempre com as posturas claras, ele defendendo essas
37 posturas dele, mas sempre de uma forma muito ética. Ele sempre brindou muito

38 aqui este Conselho com suas posições. Então uma pessoa que realmente vai
39 fazer muita falta. Nós já participamos do Conselho quando ele era da CPB, ele
40 foi do Conselho de Administração do IEF, e nós já estamos nessa caminhada há
41 mais de 20 anos vendo os debates dele. Ele sempre muito firme, mas com uma
42 lealdade realmente muito clara. Ele não tinha meias-palavras, não tinha
43 qualquer articulação fora do que ele colocava. Nós tivemos, inclusive, algumas
44 experiências quando íamos a campo, aonde realmente as coisas estavam
45 acontecendo. Várias vezes eu fui com ele, nós viajamos juntos, fizemos
46 algumas ações de trabalho no campo, na Jaíba, em Setúbal, Peão. Ele
47 acompanhou firmemente a questão dos trabalhadores com relação a Irapé. O
48 Eduardo realmente era uma pessoa que abrilhantava muito as nossas reuniões.
49 Ele não tinha meias-palavras, e isso é muito bom. Quando se está discutindo
50 dentro de um foro, quanto mais claro e mais objetivo você for, melhor é, e mais
51 a gente consegue construir, quando se coloca claramente. Então nós tivemos
52 essa perda, foi uma surpresa para todos nós, mas ele continua, eu tenho
53 certeza, aqui com a gente, acompanhando as nossas decisões e defendendo a
54 postura dele e os trabalhadores rurais da forma sempre leal, firme e efetiva. O
55 Marcio Lacerda – que é cunhado dele, e acho que a maioria nem sabia disso,
56 porque ele jamais usou de qualquer artifício ou de qualquer articulação para
57 realmente entrar na luta dele – estava contando que a luta dele começou
58 quando ele abandonou a engenharia para defender alguns trabalhadores aqui
59 em Belo Horizonte. Aí começou a luta dele. E cada vez mais ele se tornava uma
60 pessoa extremamente importante para que realmente se conseguisse, dentro
61 das políticas públicas, alguma igualdade social para populações mais
62 desfavorecidas. Nesse minuto, eu peço um minuto de silêncio para ele.” Após a
63 manifestação da Presidência, a Câmara prestou homenagem, com a
64 observância de um minuto de silêncio, em virtude do falecimento de Eduardo
65 Antônio Arantes do Nascimento, que representava a Federação dos
66 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) neste
67 Colegiado. Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Agora, vida que
68 segue. Vamos lá às nossas atribuições tendo ele como exemplo, realmente, de
69 conselheiro, conselheiro efetivo. Não desmerecendo os demais, mas ele sempre
70 foi efetivo naquela constante luta dele.” **3) COMUNICADOS DOS**
71 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente João Paulo Mello
72 Rodrigues Sarmiento: “Como todos os conselheiros sabem, já está em discussão
73 a alteração da DN 74, e vai ter reuniões conjuntas da CAP com a CPB. Está ali
74 um cronograma, em que vai ser apresentada a minuta para os conselheiros se
75 manifestarem. Vai ser apresentada pelo grupo que está discutindo, então é
76 fundamental a participação de todos para que possam se inteirar e manifestar.
77 O Eduardo cobrava muito isso, e o Carlos Alberto cobra muito isso. Todos
78 cobram, e realmente nós vimos que são mudanças fundamentais dentro do
79 modelo de licenciamento ambiental, que afeta diretamente toda a estrutura do
80 COPAM. Então anotem, por favor. É fundamental a presença de vocês. Vai ser

81 dado o primeiro conhecimento. Não é a reunião final, que será na CNR, mas é
82 de apresentação que está sendo feita da primeira proposta.” Vânia Mara de
83 Souza Sarmiento, da Assessoria dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “Só
84 lembrando que vai ser trazida para a Câmara a proposta da minuta. É uma
85 apresentação, um tema a que não cabe vista. É uma apresentação que a
86 SEMAD vai fazer para todas as Câmaras Técnicas. Vale lembrar que no dia 10
87 será aberta a consulta pública, e a documentação vai estar toda disponibilizada
88 no site. Então nós vamos trazer a proposta que foi trabalhada durante um tempo
89 grande, também com o pessoal do interior, a equipe técnica e jurídica e outras
90 instituições.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Senhor presidente, a
91 respeito desse calendário, nós temos a dizer o seguinte. Revisão da DN 74,
92 apresentação da minuta...” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento:
93 “Como foi concebido, conselheiro: em vez de apresentar a cada Câmara, juntou
94 as Câmaras que têm o mesmo presidente, que têm alguma interligação. Então
95 vai ser apresentada. A consulta está sendo aberta, e vai ter um prazo para
96 manifestação. Essa é só uma apresentação para todos terem ciência do que
97 está ali. Em vez de também só colocar no site, friamente, vai estar aqui,
98 apresenta e abre a discussão. E terão as novas ações a serem feitas. Esse é o
99 primeiro momento para dar conhecimento e ciência a todos os conselheiros de
100 qual é a proposta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “O que eu
101 gostaria de pontuar é o seguinte. Na DN 74, tem as listagens A, B, C, D, E, F e
102 G. As atividades agrossilvipastoris estão na listagem G. A listagem A deve ser
103 mineração, a B deve ser indústria, a C deve ser infraestrutura. Todas são
104 atividades que, pela natureza, são diferentes da atividade de agricultura. Então
105 tem um grupo formado por pessoas da Epamig, Faemg, Fetaemg e Emater, e
106 nós não queremos permanecer na listagem G. As atividades agropecuárias são
107 diferentes, muito raramente, têm aquele modelo trifásico de LP, LI e LO. O
108 licenciamento ambiental das atividades agropecuárias foi uma salvação quando
109 colocaram aquele licenciamento de operação corretivo, porque as propriedades
110 industriais já existem. Nós já estamos há uns cinco anos tentando entrar dentro
111 da Secretaria de Meio Ambiente para propor essa matéria. Já fizemos isso
112 várias vezes, mas os secretários de Meio Ambiente antigos... Foi proposto
113 documento, foi feito o que era possível. Há três meses nós pedimos, através de
114 uma moção, para que viessem aqui trazer o que já tinha de material para a
115 gente sugerir, modificar, acrescentar. Veio a Ana Carolina e fez uma belíssima
116 apresentação do que já existe. E depois ela pontuou ‘para a frente é que são os
117 problemas’. Então hoje aqui, no item de pauta nº 7, nós vamos fazer uma breve
118 contextualização, e nós estamos querendo trazer para dentro da CAP essa
119 discussão, antes que venha o material. E eu gostaria que o senhor nos
120 apoiasse, pelo menos para nos ouvir, para os conselheiros nos ouvirem, para
121 ver se estamos no caminho certo ou não.” Conselheiro Enio Resende de Souza:
122 “Apenas para referendar que está pautado. Então nós vamos trazer aqui para os
123 conselheiros uma proposição de um grupo que já vem trabalhando há mais

124 tempo, para apreciação de todos. Mas eu acho que a apresentação no dia 12
125 em nenhuma forma vai atrapalhar isso, vai ser até enriquecido. Só que nós
126 vamos ter uma apresentação hoje para dar uma contextualização sobre o que
127 uma série de instituições pensa a respeito desse assunto.” Presidente João
128 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Relembrando os nossos tempos antigos, foi
129 em uma ação nossa, com a participação desse grupo todo, que nós criamos a
130 LAS. Quando em 97 veio o licenciamento da FEAM para o IEF, nós começamos
131 a discutir e criamos a LAS. Depois ela virou AAF, e agora volta a ser LAS. Tem
132 um trabalho feito na Epamig junto com a Seapa, um trabalho até interessante de
133 ser colocado. Eu vejo com bons olhos trazer essas discussões. Têm meu apoio.
134 É uma posição da Câmara, para discutir. Parece que a questão do trifásico já
135 tem até previsão no Decreto 47.137, uma previsão para fazer em fase única. A
136 atividade agrossilvipastoril, realmente, é diferenciada, não é uma infraestrutura,
137 não é uma mineração, é uma atividade extremamente pulverizada, de alto risco,
138 que depende de um fator fundamental, que chama-se chuva, que foge ao
139 controle de qualquer ser humano. Mas vejo com bons olhos. Hoje nós vamos
140 ver essa apresentação e fazer um encaminhamento. Como já estamos
141 discutindo aqui, na CAP é fundamental a discussão de política pública. Nós
142 estivemos, na semana retrasada, no Peru, participando da Rede Iberoamericana
143 de Bosques Modelos. Nós saímos de Lima, subimos os Andes na altitude de
144 4.900 metros, descemos e fomos à selva central, na cidade de Pichanaqui, onde
145 estivemos nas comunidades indígenas, na selva Amazônica, e subimos ao
146 bosque modelo de Pui Pui. Eles mostraram a relação dos agricultores, que
147 geralmente são pequenos agricultores, nas comunidades do alto da serra
148 Amazônica, na região do Peru. É uma região muito montanhosa, que tem uma
149 produção de café. Ainda é permitida a supressão da vegetação. O Serviço
150 Florestal Nacional esteve conosco. É como se fosse um ministério florestal, em
151 nível nacional. E os produtores e agricultores familiares plantando café em
152 consórcio com a floresta amazônica. São ações interessantes. A questão do
153 bosque modelo é uma atividade. Tinha 15 países da América, Canadá,
154 Espanha. É uma gestão de território, um conceito muito interessante. Faz uma
155 agricultura sustentável com a gestão de território. Minas tem dois bosques
156 modelos. Eu fui, inclusive, representando o Serviço Florestal Brasileiro. Quem
157 começou essa discussão de bosque modelo no Brasil foi o IEF, que fez uma
158 articulação com o Serviço Florestal, que hoje é o coordenador. Foi uma reunião
159 muito interessante, e nós vamos trazer uma apresentação, na próxima reunião,
160 sobre bosque modelo. É um sistema muito interessante, que está se
161 consolidando cada vez mais e faz essa gestão de território. Então nós
162 poderíamos pegar, inclusive, nossos instrumentos para verificar o que pode ser
163 feito. Trabalhar com o pequeno agricultor, com o médio agricultor, dentro de
164 bases sustentáveis. Nós vemos que temos que evoluir muito e ter uma política
165 de sustentabilidade da agricultura, da agricultura familiar. Hoje o mundo todo
166 discute não só mais o comando e controle, o mundo inteiro hoje discute políticas

167 de restauração, de sustentabilidade, de manejo correto. E nós discutimos muito
168 pouco o manejo de solo. Nós, técnicos, falamos muito pouco do manejo de solo.
169 Nós estamos buscando alternativas que estão dando certo no mundo para ver o
170 que podemos trazer para discutir aqui na CAP. Em Minas nós temos o bosque
171 modelo da Mata Atlântica e o bosque modelo do mosaico Peruaçu e Pandeiros.
172 Com o pessoal que trabalha com isso, eu falei que agora nós temos que investir
173 mesmo, tecnicamente, abrir essa discussão de bosque modelo, porque nós
174 criamos, mas não evoluiu muito. Ser pioneiro não quer dizer que está certo. Ser
175 pioneiro e deixar as coisas abandonadas? Mudar paradigmas é uma coisa muito
176 difícil, demorada, mas gratificante no final. Então eu vou trazer aqui para vocês
177 conhecerem. Foi uma reunião extremamente rica, com os produtores rurais se
178 manifestando. Eles têm hoje café orgânico, laranja... Nós fomos a uma pequena
179 propriedade com alta produção de laranja, fomos a uma propriedade com café
180 sustentável. Tirou parte da floresta Amazônica e plantou o café sombreado. São
181 coisas interessantes que podemos trazer aqui para conhecimento. Preserva,
182 inclusive, a cultura, porque dentro do bosque modelo nós fomos à aldeia
183 indígena, e fomos muito bem tratados pelos indígenas, que nos mostraram a
184 cultura e apresentaram o que estão fazendo dentro de uma produção
185 sustentável. Então é muito importante trazer essa discussão.” **4) EXAME DA**
186 **ATA DA 5ª REUNIÃO.** Baixada em diligência a ata da 5ª reunião da Câmara de
187 Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 25 de maio de 2017, para revisão
188 solicitada pelo conselheiro Lucas Amaral Melo: – Corrigir as expressões “ação
189 civil pública” e “desativada por um bom tempo”, nas linhas 158 e 210,
190 respectivamente; – Incluir íntegra de manifestação do conselheiro Lucas Amaral
191 Melo no item 6.1. **5) ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DO USO**
192 **DE AGROTÓXICOS EM MINAS GERAIS. Apresentação: Secretaria de**
193 **Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda).** José Antônio Ribeiro, da Seda,
194 fez exposição à Câmara sobre a criação de um grupo para elaborar e propor
195 uma estratégia intersetorial de redução do uso de agrotóxicos e apoio à
196 agroecologia no Estado de Minas Gerais, destacando que trata-se de um dos
197 pilares do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, considerando,
198 inclusive, discussões em nível nacional. Contribuições da Câmara. Após a
199 exposição, foram registradas as seguintes contribuições dos conselheiros. O
200 conselheiro Enio Resende de Souza cumprimentou a Seda pela exposição do
201 tema, que considerou de interesse de toda a sociedade, mas ponderou a
202 necessidade de discussões técnicas. “A Seapa, junto com outras instituições,
203 especialmente o IMA e a Embrapa, há alguns anos, realizou várias reuniões
204 discutindo uma proposta. Nós sabemos que não apenas no aspecto quantitativo
205 o agrotóxico deve ser observado. O Décio Karam, pesquisador da Embrapa, nos
206 trouxe muita luz sobre essa questão de escolha de produto similar, de utilizar
207 um produto tão eficaz no combate a alguma praga, mas que o dano ambiental é
208 muito menor. Ele trabalhou um sistema de tal forma que o profissional da área
209 de ciências agrárias pode, em função do relevo, se está próximo a nascente,

210 perto de casa de trabalhador, fazer uma escolha, verificar a meia-vida do
211 produto, o grau de infiltração do solo, uma série de questões, para escolher o
212 produto com menor dano ambiental. É um trabalho que precisa ser trazido para
213 conhecimento. E o ISA, Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas,
214 também apresenta isso na planilha, qual uso do agrotóxico o produtor faz, e
215 busca diminuir ou eliminar, se for o caso, com aquele agrotóxico que traz o
216 menor dano ambiental.” O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa
217 destacou que é importante fortalecer a agroecologia e a produção de orgânicos
218 e pontuou a falta de registro de agrotóxicos para o uso de diversas culturas. “Eu
219 vejo como importante ter a redução do uso de agrotóxicos, mas acho também
220 importante os técnicos utilizarem produtos que estejam registrados para aquelas
221 culturas. As pessoas têm utilizado indiscriminadamente, e têm sido feitos
222 receituários de forma a burlar a legislação.” O conselheiro propôs que essa
223 discussão seja levada aos grupos e que provoquem o Ministério da Agricultura
224 para resolver a questão dos registros da produção. O conselheiro Leonardo
225 Fittipaldi Torga parabenizou a Seda pela iniciativa e recomendou o envolvimento
226 da área de educação. “Não tem como discutir um tema importante como esse
227 sem o envolvimento da Secretaria de Educação e da área de educação
228 ambiental da SEMAD e outras.” O conselheiro propôs a adoção formal de um
229 plano de educação. O conselheiro Otávio Gabriel Diniz destacou a importância
230 do tema, comentou que, no Crea, a Sociedade Mineira de Engenheiros
231 Agrônomos promoveu seminário nacional sobre receituário agrônomo e
232 responsabilidade técnica, e defendeu maior envolvimento dos conselhos. “Não
233 só quanto ao uso de agrotóxico, mas quanto a adubação, tem o excesso que
234 gera custo e impacto ambiental desnecessário. Mas isso é o estado da arte.
235 Esse conhecimento existe, tem essa metodologia. O que nós notamos é que a
236 sociedade e nós profissionais não sabemos do papel dos conselhos, que estão
237 sendo subutilizados. E na questão de agrotóxicos está havendo judicialização,
238 incluindo às vezes outros técnicos que não têm formação para receituário
239 agrônomo, mas garantido pela Justiça. A responsabilidade civil, a aplicação da
240 lei, isso é necessário. Então eu acho importante incluir nessas discussões o
241 papel dos conselhos no sentido de todo cidadão ter o direito e a obrigação de,
242 ao verificar um problema de aplicação, comunicar ao Crea e denunciar. Não
243 costuma haver processo de responsabilização civil dos responsáveis. Quando
244 isso acontecer, a coisa vai melhorar. O próprio produtor ou trabalhador rural,
245 que se prejudica com a má aplicação do agrotóxico, acha que é culpa dele
246 mesmo e não reclama. E os conselhos têm papel relevante nisso.” O
247 conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira elogiou a apresentação e registrou as
248 seguintes considerações. “O Sistema Faemg já está profundamente envolvido
249 nessa matéria, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Tem
250 diversos cursos, parcerias com universidade e um trabalho muito robusto nessa
251 matéria. Eu fico curioso com algumas coisas. Primeiro, como acontece esse
252 consumo excessivo de agrotóxicos, que eu prefiro chamar de defensivo

253 agrícola. Temos que lembrar que foi o defensivo agrícola ou agrotóxico que
254 possibilitou a produção de alimentos na escala em que vemos hoje. Isso tem
255 que ser considerado no momento de discutir essa matéria.” A conselheira
256 Polyana Faria Pereira também parabenizou pela apresentação e destacou a
257 dificuldade de implementação de políticas públicas no Brasil. “Eu gostaria de
258 relatar um caso ocorrido no Ibama. Por uma dificuldade decorrente de uma lei
259 de 2015 que obriga todos os órgãos públicos, ao comprarem alimentos,
260 comprarem alimentos de agricultura familiar. Isso incentiva a aquisição de
261 alimentos de agricultura familiar que está ligado até a agroecologia, mas a
262 efetivação dessa compra é muito difícil em termos de administração pública, que
263 tem toda uma burocracia. Esbarramos nos sistemas utilizados pelo governo
264 federal, que não preveem esse tipo de compra. É um trabalho muito difícil, e eu
265 admiro a coragem de quem está à frente desse trabalho de prezar pela
266 agricultura familiar, agroecologia e cultura orgânica.” O conselheiro Geraldo
267 Vitor de Abreu comentou os debates ocorridos quando da elaboração do Plano
268 Nacional de Agroecologia. “Nós também tínhamos preocupação de permitir que
269 a produção agrícola brasileira conseguisse enxergar o mercado e suas
270 movimentações. Esse é outro lado importante para mudança de formas de
271 produção. Como o mercado reage. E o mercado, principalmente ao norte do
272 planeta, vem demandando produtos com menos uso de agrotóxico, e no Brasil
273 também há uma crescente demanda. Então é preciso também que o setor do
274 agronegócio perceba essa necessidade. É importante que Minas Gerais, com a
275 sua parcela importante na produção agrícola nacional, também inaugure essa
276 discussão de forma mais institucional, e eu espero que possamos cumprir esses
277 prazos e, ainda neste ano, oferecermos um plano estadual para redução do uso
278 de agrotóxicos no Estado de Minas Gerais. É preciso reverter esse quadro, e
279 essa é uma tarefa de toda a sociedade.” O conselheiro Marcos Eugênio
280 Sampaio Rodrigues frisou a importância da rastreabilidade dos produtos. “Uma
281 observação para não deixarmos de considerar a questão da rastreabilidade, o
282 que deve culminar com esse trabalho. Rastreabilidade tanto dos produtos e, de
283 certa forma, do controle na venda. Nós temos que ter um mecanismo de
284 controle da venda, porque a venda é descontrolada, e o produtor usa sem
285 conhecimento, ele é induzido a isso.” **6) ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE**
286 **ESTRADAS VICINAIS. Apresentação: Empresa de Assistência Técnica e**
287 **Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater).** Em atendimento a
288 solicitação da Câmara, Enio Resende de Souza, da Emater, fez exposição sobre
289 adequação ambiental de estradas vicinais destacando que a instituição vem
290 trabalhando com esse tema há 20 anos, mas atualmente está tentando
291 constituir, de maneira mais formal, um programa para atuação. “Uma das ações
292 da Diretoria de Infraestrutura da Emater é trabalhar com adequação ambiental
293 de estradas vicinais”, destacou. O conselheiro Lucas Amaral Melo agradeceu
294 pela exposição e registrou as seguintes considerações. “A questão de estradas
295 rurais é um dos principais agentes causadores de impactos hoje no meio rural, e

296 eu acho que esta Câmara tem que abraçar isso também. Principalmente, nessa
297 ideia de grupo de trabalho, pensarmos de que forma poderia encaixar. Porque,
298 infelizmente, por serem as prefeituras responsáveis pela construção e
299 manutenção de estradas, muitas vezes isso não passa aqui. Passam aqui todos
300 os processos de licenciamento de propriedades rurais, mas a estrada não entra.
301 E nós sabemos que é um dos maiores causadores de impacto. Há uma técnica,
302 uma ciência de construção de estradas, que geralmente têm que ser no ponto
303 mais alto da área, porque têm que ser dissipadoras de água. E com o tempo,
304 pela falta de experiência, pelo tempo da máquina que se utiliza, acabam sendo
305 acumuladoras. E esse acumulador que é o causador de impacto.” O conselheiro
306 se colocou à disposição da Câmara para participar de discussões sobre o tema.
307 O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa afirmou que o tema também é
308 uma preocupação do Ministério da Agricultura. “São recursos muito grandes,
309 centenas de milhões envolvidos nessa questão de estradas vicinais que os
310 deputados federais colocam no orçamento impositivo de transferência de
311 recursos pela União. O que notamos é que há uma exigência de declaração do
312 Codema para o Ministério fazer a liberação do recurso. Eu vejo que talvez seja
313 um ponto importante capacitar o pessoal do Codema. Talvez seja um ponto para
314 auxiliar, no futuro, ter uma articulação com os Codemas e fazer essa
315 capacitação, porque são eles que estão lá fazendo essas obras. Então um
316 recurso muito grande, um problema muito sério e uma estrutura muito precária.
317 Então eu coloco como sugestão a capacitação do pessoal do Codema e dos
318 próprios tratoristas que trabalham com essas máquinas que são doadas pelo
319 governo.” Conselheiro Otávio Gabriel Diniz: “Eu gostaria de chamar atenção
320 sobre a legislação do assunto, uma coisa que passa despercebida pela
321 sociedade e que é atribuição do Crea, que agora está dando os primeiros
322 passos na fiscalização do agronegócio. Por exemplo, não deveria ter um
323 operador de máquina nenhuma pilotando a máquina sem orientação do
324 responsável técnico. Essa é uma questão legal. Nós estamos até elaborando
325 um programa, com apoio da Emater, para fiscalização do agronegócio, com a
326 preocupação com as pastagens degradadas, que contribuem para jogar essa
327 água na estrada também. Pode ser feita a estrada com toda a técnica, mas, se
328 as pastagens adjacentes não estiverem adequadamente planejadas, vão
329 estourar essa estrutura. A estrada sozinha não daria conta de conter essa água.
330 Nesse programa, levantado pela Sociedade Mineira de Engenheiros
331 Agrônomos, dentro do Crea, nós vamos promover, principalmente, o
332 treinamento de responsáveis técnicos para recuperação e manutenção de
333 pastagens nesse sentido. Nós sabemos que as prefeituras todo ano colocam
334 aqueles cascalhos, que todo ano vão para os cursos de água. Isso é custo, e
335 quem paga é a população. É preciso também de o cidadão acionar, dar essa
336 entrada no Crea, mediante qualquer problema que esteja ocorrendo de impacto
337 ambiental. Precisamos trabalhar integrados, e vemos um papel forte a ser
338 evoluído no sistema Crea de enquadrar empresas ou prefeituras para que

339 tenham seus responsáveis técnicos e não deixem esses operadores
340 trabalharem sozinhos.” Conselheiro Enio Resende de Souza: “A Emater está
341 recebendo agora as máquinas da antiga Ruralminas, mas nós temos
342 consciência de que não cabe a um órgão de governo – DEER, por exemplo, ou
343 Emater – cumprir essa função de patrulha mecanizada. Como disse o Fernando,
344 as prefeituras hoje estão bem equipadas, toda prefeitura hoje tem máquina
345 novas, inclusive do programa PAC, de aceleração do crescimento. O problema
346 está, de fato, nessa questão da responsabilidade técnica e no treinamento e
347 capacitação de operadores. Então eu entendo que nós temos que unir forças.
348 Por exemplo, a Ufla, que tem belíssimos cursos de curta duração, a própria
349 Emater, o Crea. Unirmos forças para criar um esquema de capacitação para
350 Codema, operador, responsável técnico. Eu entendo que a solução mais
351 urgente para melhorarmos, por exemplo, a vazão do rio das Velhas é trabalhar
352 junto com as prefeituras na questão da manutenção e conservação de estradas.
353 Seria uma resposta mais rápida, pois são milhões ou bilhões de litros de água
354 que se perdem normalmente.” **7) LICENCIAMENTO AMBIENTAL
355 SIMPLIFICADO DAS ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS. Apresentação:
356 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas
357 Gerais (Emater) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
358 (Epamig).** José Mário Lobo Ferreira, da Emater, apresentou à Câmara proposta
359 de modernização do licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoris,
360 adoção de boas práticas de conservação e ampliação dos debates sobre o
361 setor. “Trabalhamos uma proposição que será apresentada à Câmara. Estamos
362 apresentando o encaminhamento aos conselheiros da CAP no sentido de que,
363 caso se sensibilize com essa proposta, incorpore essa proposta. A proposta é
364 trazer para a CAP a discussão do Licenciamento Ambiental Simplificado para as
365 atividades agrossilvipastoris, com atuação mais proativa do setor em relação a
366 adoção de boas práticas de conservação e ampliar a discussão, não ficando só
367 limitado ao mecanismo de comando e controle. Fortalecer essa agenda a partir
368 de instrumentos e elaboração de planos, programas e políticas de indução à
369 adoção de boas práticas, com manejo racional do solo, e da agrobiodiversidade.
370 Ao mesmo tempo, com a participação dos membros da Câmara, propor uma
371 adequação e modernização dos instrumentos de regularização ambiental das
372 atividades desse setor, incluindo modelos de licenciamento. O Cadastro
373 Ambiental Rural (CAR) representa um instrumento eficaz e constitui um
374 inventário das atividades, e com isso permite implantar o efetivo monitoramento
375 das mesmas, para buscar um novo e eficaz processo de regularização
376 ambiental. Além do CAR, já temos algumas ferramentas institucionalizadas no
377 Estado de Minas Gerais que podem auxiliar nesse processo, que são o ISA
378 Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas, e o ZAP, Zoneamento
379 Ambiental e Produtivo”, destacou o representante da Emater. O conselheiro
380 Enio Resende de Souza propôs a criação de um grupo de trabalho no âmbito da
381 CAP para desenvolver e apresentar uma proposta a ser levada à SEMAD com o

382 objetivo de modernizar o sistema regularização ambiental. O conselheiro Igor
383 Lopes Braga manifestou apoio à criação do GT para construção conjunta e citou
384 a importância da Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento de
385 planejamento. Citou a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa
386 para debater a situação dos produtores de eucalipto em Minas Gerais, frisando
387 que foi discutida, inclusive, a burocracia ambiental. “Um dos pleitos é adequar o
388 processo de licenciamento à realidade dos empreendimentos agloflorestais.” O
389 conselheiro sugeriu ainda que seja incluído na discussão a implantação da DCC
390 Eletrônica visando disponibilizar, de forma on-line, os dados da produção. “Outra
391 questão é que o Siam estava fora do ar e tem ficado instável. É uma questão de
392 que os produtores vêm reclamando.” O conselheiro Guilherme da Silva Oliveira
393 considerou que o modelo atual de licenciamento não é adequado para a
394 agricultura. “O que nós estamos buscando é criar um modelo associado à
395 gestão não só da área, de reserva legal, de área de preservação permanente,
396 mas do próprio uso do solo. E o licenciamento às vezes não vê isso. Essa
397 adequação vai trazer junto a parte de assistência, de extensão. Talvez seja o
398 momento de mudar até dentro do IEF, pois o técnico é extensionista ambiental.
399 Talvez estamos criando um modelo que vai ser seguido pelo país inteiro, um
400 modelo de sustentabilidade da propriedade rural e não só da parte ambiental. O
401 que nós estamos querendo fazer aqui é trazer novo paradigma para o
402 licenciamento ambiental e as atividades rurais, mostrar que a atividade rural é
403 completamente diferente das outras atividades. Ela tem um andamento próprio e
404 precisa ser adequada, e nós entendemos que esse modelo que está aí não está
405 fazendo o seu papel de proteger o meio ambiente e proteger também o produtor
406 rural. Nós precisamos integrar e fazer uma coisa sustentável.” Conselheiro
407 Geraldo Vitor de Abreu: “Não podemos transformar isso em retórica. O setor
408 acha que precisa ficar livre e constrói uma narrativa que o liberte das correntes
409 do licenciamento. Na minha opinião, o licenciamento é um dos instrumentos de
410 gestão. O problema é que não avançamos na gestão, e sempre o olhar é na
411 narrativa daquele que quer ficar livre das correntes. Então eu acho que o Estado
412 tem o papel fundamental de apontar a gestão ambiental em Minas Gerais. Nós
413 estamos vivendo situação crítica em relação a recursos hídricos no Estado. Isso
414 é diretamente relacionado às atividades de uso do solo, e não entramos na
415 profundidade dos problemas. Se não tratamos isso, será ruim para todo mundo.
416 Mas eu acho que não é por acaso que a situação ficou como está, isso interessa
417 a muita gente, inclusive para disputar o mercado dentro do Estado. Eu já falei
418 isso várias vezes dentro das entidades representativas dos setores, sempre
419 tratei que precisávamos desamarrar as atividades no Estado, mas precisamos
420 tratar da gestão dos nossos recursos florestais, dos nossos recursos hídricos e
421 do nosso ativo ambiental no Estado, de uma forma global, compreendendo que
422 o licenciamento é um dos instrumentos de gestão, mas que nós temos vários
423 outros, como o CAR, que poderia ser a maior ferramenta de gestão no Brasil e o
424 maior programa de reflorestamento do planeta, se conseguíssemos aplicar.

425 Agora temos que dar consequência ao CAR. Os setores envolvidos precisam
426 entender que a retórica tem que ter o lado prático também da gestão, e isso é
427 um problema que todos nós enfrentamos.” O conselheiro Fernando Antônio de
428 Souza Costa propôs que na revisão seja feita diferenciação em relação aos
429 produtores que já trabalham com práticas sustentáveis e que são proativos. O
430 conselheiro Guilherme da Silva Oliveira destacou que o interesse do setor “é
431 exatamente aplicar um sistema de gestão”. “Nós queremos trazer um sistema de
432 acompanhamento contínuo, colocar o CAR e, se possível, o ZAP, o ISA,
433 instrumentos que acompanham essa gestão verdadeiramente. Não estamos
434 querendo sair, mas entrar no sistema de gestão.” Conselheiro Enio Resende de
435 Souza: “A nossa proposição não é de sair do licenciamento, pelo contrário, é
436 continuar no licenciamento, mas por meio de um novo modelo, que incorpore o
437 CAR etc.” **Criação de grupo de trabalho**. Conforme proposta da Emater, a
438 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris deliberou por unanimidade a criação de
439 grupo de trabalho para tratar da regularização das atividades agrossilvipastoris,
440 com a participação das seguintes instituições: Emater, Seda, Faemg, Epamig,
441 AMS, Seapa, Fetaemg, Ufla, Ibama, Crea, Mover e IEF. Conforme informado, as
442 entidades deverão indicar, posteriormente, seus representantes para participar
443 das discussões do GT. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
444 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO /**
445 **AMPLIAÇÃO. 8.1) Cláudio Penedo Scarpa e outros. Avicultura de postura.**
446 **Itanhadu/MG. PA 00316/2005/004/2016. Classe 5. Apresentação: Supram**
447 **Sul de Minas.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
448 Único, com retificação da data de realização de vistoria constante nos autos: –
449 onde está escrito 5/10/2017, lê-se 5/5/2017. **9) ENCERRAMENTO.** Não
450 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente João Paulo Mello
451 Rodrigues Sarmiento agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
452 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

457 **João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento**
458 **Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris**